

RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.894 - PB (2019/0228552-9)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE AMPARO
ADVOGADO : SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO E OUTRO(S) - PB019317

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com amparo nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 248/249):

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DIFERENÇAS DO FUNDEF. TÍTULO EXEQUENDO FORMADO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA QUE NÃO BENEFICIOU O MUNICÍPIO. ILEGITIMIDADE ATIVA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO.

1. Remessa Oficial e Apelação interposta pelo MUNICÍPIO DE AMPARO/PB contra sentença proferida pelo Juízo da 11ª Vara Federal da Paraíba que, reconhecendo a ilegitimidade do Município para executar o título judicial formado nos autos da Ação Civil Pública nº 0050616-27.1999.403.6100/SP, extinguiu a execução (art. 485, VI, do CPC), condenando o Município ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 8% sobre o valor da causa (art. 85, § 3º, II, do CPC).

2. Dos autos da Ação Civil Pública nº 0050616-27.1999.403.6100/SP, extrai-se que o MPF atuou com legitimidade autônoma, e não como substituto processual dos Municípios, buscando ali o ressarcimento dos valores que deixaram de ser transferidos pela UNIÃO ao próprio FUNDEF. Portanto, não houve condenação da UNIÃO ao pagamento de quaisquer diferenças diretamente aos Municípios. Tendo se decidido que o FUNDEF seria diretamente ressarcido pela UNIÃO, não há espaço para execuções individuais por parte dos entes federativos. Precedentes deste TRF5.

3. No caso concreto, como não houve condenação e o valor da causa é de R\$ 1.332.438,14, os honorários advocatícios deveriam, a princípio, ter sido fixados nos percentuais estabelecidos nos incisos de I a II do art. 85, § 3º, do CPC (no mínimo 8%), o que implicaria em honorários advocatícios manifestamente desproporcionais aos parâmetros estabelecidos nos § 2º do mesmo artigo, ferindo os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da igualdade e da vedação ao enriquecimento sem causa. Neste contexto, diante da omissão do Novo CPC, deve-se aplicar o regramento do § 8º do art. 85 do CPC também para a hipótese em que os honorários fixados com base nos percentuais estabelecidos no § 3º se mostrarem excessivos. Desse

Superior Tribunal de Justiça

modo, considerando que a causa não é complexa e tendo a atuação do Advogado da UNIÃO se limitado, no 1º Grau, a apresentar Impugnação ao Cumprimento de Sentença, os honorários advocatícios fixados na sentença (8% sobre o valor da causa) devem ser reduzidos para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC.

4. Apelação do MUNICÍPIO DE AMPARO/PB improvida. Remessa Oficial parcialmente provida, apenas para reduzir os honorários sucumbenciais fixados na sentença para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

5. Em razão da manutenção da sentença desfavorável ao Município, majoram-se os honorários advocatícios fixados em favor da UNIÃO para R\$ 12.000,00 (doze mil reais), *ex vi* do disposto no parágrafo 11 do art. 85 do CPC (honorários recursais).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 291-294).

Alega a recorrente ofensa ao art. 85, §§ 2º, 3º, 4º, 6º e 8º, do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que, na "[...] presente demanda, na qual o próprio exequente arbitrou em R\$ 1.332.438,14 o valor da causa, tem-se que é este o proveito econômico a ser obtido, devendo ser esta a base de cálculo dos honorários advocatícios" (e-STJ, fl. 307).

Aduz divergência jurisprudencial com julgado desta Corte Superior.

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fl. 331), foram os autos remetidos a esta Corte de Justiça.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso (e-STJ, fls. 347-349).

É o relatório.

O acórdão impugnado, com fundamento no art. 85, § 8º, do CPC/2015, reduziu o valor dos honorários advocatícios fixados na sentença.

No entanto, em se tratando de causa em que é parte a Fazenda Pública, "[...] para a fixação de honorários nos termos do art. 85 do CPC/2015, é imprescindível a aplicação inicial dos §§ 3º e 4º, recorrendo-se, subsidiariamente, ao § 8º apenas na hipótese de proveito econômico irrisório ou de valor da causa muito baixo" (AgInt no REsp 1.758.633/PR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 6/12/2018).

Na presente hipótese, conforme consignado pela Corte regional, o valor da causa é de R\$ 1.332.438,14. Assim, não sendo o caso de valor da causa muito baixo, deve-se aplicar o disposto no art. 85, § 3º, do CPC/2015 para a fixação dos honorários advocatícios.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PEDIDO DE EXTINÇÃO. ARBITRAMENTO DA VERBA HONORÁRIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. FIXAÇÃO. §§ 2º e 8º DO ART. 85 DO CPC/2015. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE.

I - O presente feito decorre de ação de execução fiscal objetivando o recebimento de crédito no valor de R\$ 195.037,49 (cento e noventa e cinco mil, trinta e sete reais e quarenta e nove centavos). Na sentença, julgou-se

Superior Tribunal de Justiça

extinta a execução fiscal, tendo sido a exequente condenada a pagar honorários advocatícios em favor da executada. No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a sentença foi parcialmente reformada, apenas para fixar os honorários, por apreciação equitativa.

II - A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, nas causas em que a Fazenda Pública for litigante, os honorários advocatícios devem ser fixados observando-se os parâmetros estampados no art. 85, § 2º, *caput* e incisos I a IV, do CPC/2015 e com os percentuais delimitados no § 3º do referido artigo.

III - Por outro lado, na vigência do CPC/2015, a fixação de honorários advocatícios, por apreciação equitativa, conforme o contido no § 8º, art. 85 do CPC/2015, somente tem guarida nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, não sendo essa a hipótese dos autos, visto que foi atribuído valor da causa no montante de R\$ 195.037,49 (cento e noventa e cinco mil, trinta e sete reais e quarenta e nove centavos), em junho de 2004. Nesse sentido: AgInt no REsp n. 1.736.151/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 25/10/2018, DJe 6/11/2018; REsp n. 1.750.763/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 6/12/2018, DJe 12/12/2018 e AgInt no AREsp n. 1.187.650/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 24/4/2018, DJe 30/4/2018.

IV - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.424.719/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/5/2019, DJe 21/5/2019)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso

Superior Tribunal de Justiça

concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp 1.746.072/PR, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Min. RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/2/2019, DJe 29/3/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos à instância de origem, a fim de que os honorários advocatícios sejam fixados com base no art. 85, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator